



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer DJ nº 161/2017

Assunto: Projeto de Lei nº 118/2017 – Aatoria da Vereadora Dalva Berto – que “Institui no Calendário Oficial do Município de Valinhos o dia municipal do combate ao trabalho Infantil, e dá providências.”

À Diretora Jurídica

Dra. Karine Barbarini da Costa

Trata-se de parecer jurídico relativo ao projeto em epígrafe que “Institui no Calendário Oficial do Município de Valinhos o dia municipal do combate ao trabalho Infantil, e dá providências”.

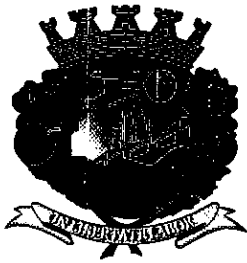
Primeiramente, cumpre destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação, estabelecida no artigo 38.

Desta feita, considerando-se o aspecto constitucional, legal ou jurídico, passamos a análise técnica do Projeto em epígrafe solicitado.

A proposta em exame no que tange à matéria afigura-se revestida de constitucionalidade, pois por força da Carta Magna os Municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, e de complementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, I e II, da CRFB).

Do mesmo modo, a Constituição Bandeirante não contém nenhum dispositivo que impeça a Câmara de Vereadores de legislar sobre a fixação de datas comemorativas e eventos municipais, nem tal matéria foi reservada com exclusividade ao Executivo, conforme acórdãos colacionados:

PARÂMETRO DE CONSTITUCIONALIDADE Alegação de afronta à Constituição Federal e à Lei Orgânica Municipal. Inadmissibilidade. Aplicabilidade dos artigos 125, § 2º, da Constituição Federal, e 74, VI e 90, da Constituição do Estado de São Paulo. Precedentes. Não



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

conheço da ação quanto aos parâmetros apontados LOM e Constituição Federal. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei nº 3.454, de 25.03.15 do Município de Santana de Parnaíba. Cria Dia do Professor de Educação Física. Mera data comemorativa. Competência concorrente. Matéria local, abrangida pela competência legislativa da Câmara de Vereadores. Não configurado vício de iniciativa, quebra do princípio da Separação dos Poderes ou violação à 'reserva administrativa'. Fonte de custeio. Suficiente a genérica. Precedentes do E. Supremo Tribunal Federal. Ação improcedente, na parte conhecida. (Ação Direta de Constitucionalidade nº 2210517-27.2015.8.26.0000. Relator Evaristo dos Santos. Data Julgamento: 13/04/2016.)

"DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 4.436, de 10 de dezembro de 2010, do município de Suzano, que 'Dispõe sobre a inclusão, no Calendário Oficial do Município, do Dia do Imigrante, e dá outras providências'. Alegação de vício de origem e de aumento de despesas sem indicação da fonte de custeio. Inocorrência da inconstitucionalidade invocada. Mera fixação de data comemorativa. Ausência de criação de órgãos e de cargos públicos ou de despesas para a Municipalidade. Matéria de interesse local. Ação julgada improcedente. Liminar revogada." (ADIn nº 0.068.550-67.2011.8.26.0000 v.u. j. de 14.09.11 Rel. Des. MÁRIO DEVIENNE FERRAZ).

Ocorre que, para adequar a matéria à competência do legislativo, que é de legislar de forma abstrata, sugerimos a supressão na parte final do artigo 1º "de maneira intersetorial pelas secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Habitacão, Desenvolvimento Econômico, Educaão e Saúde” e dos artigos 2º e 3º, de
forma a não adentrar na competência do Executivo na edição de normas concretas,
nem mesmo conferir-lhe obrigaões, e por não haver permissão constitucional de
criaçã de despesas ao erário Municipal.

A esse respeito, colocamos julgado do Tribunal de Justiça do
Estado de São Paulo:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal nº 4.064,
de 23 de março de 2014, do Município de Guarujá que “institui e
incli no calendário oficial do Município de Guarujá a ‘Virada Cultural
Gospel e dá outras providências”. VÍCIO DE INICIATIVA E OFENSA AO
PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES.
Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, não
versou sobre mera instituição de data comemorativa, mas, em plano
muito mais abrangente, criou um evento cultural (com duração
mínima e ininterrupta de 24 horas) e impôs à Administração a
obrigação de divulgar, organizar e executar o projeto (art. 3º), bem
como a firmar os convênios e expedir as normas necessárias para
fiel execução da Lei (arts. 5º e 6º), ou seja, avançou sobre área de
planejamento, organização e gestão administrativa, tratando de
matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e
ainda criou despesas sem indicar os recursos disponíveis para
atender aos novos encargos. Ofensa às disposições dos artigos 5º, 25,
47, II, XIV e XIX, “a” e 144, todos da Constituição Estadual. Pouco
importa que o Prefeito não tenha vetado a lei integralmente no
momento oportuno, pois, até mesmo a sanção “revela-se
juridicamente insuficiente para convalidar o defeito radical oriundo
do descumprimento da Constituição da República” (ADIN 1.070, Rel.
Min. Celso de Mello, j. 23/11/1994). Inconstitucionalidade manifesta.
Ação julgada procedente” (Direta de Inconstitucionalidade nº



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

2062217-60.2014.8.26.0000, Rel. Des. Ferreira Rodrigues, j. 03/09/2014).

Por fim, quanto ao aspecto gramatical e lógico o projeto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95 de 1998 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Ante todo o exposto, sob o aspecto enfocado, Dia municipal de combate ao trabalho infantil, a proposta reúne condições de legalidade e constitucionalidade se atendidas as sugestões acima delineadas. Sobre o mérito, manifestar-se-á o soberano Plenário.

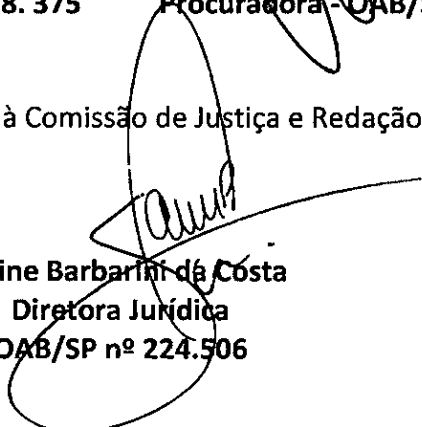
É o parecer.

D.J., aos 06 de junho de 2017.


Aparecida de Lourdes Teixeira
Procuradora.- OAB/SP 218.375


Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa
Procuradora.- OAB/SP 308.298

Ciente e de acordo. Encaminhe-se à Comissão de Justiça e Redação para deliberação.


Karine Barbarini da Costa
Diretora Jurídica
OAB/SP nº 224.506